



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º. 059/2018

**Denominação:** \_\_\_\_\_

**CNPJ n.º:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**e-mail:** \_\_\_\_\_

**Cidade:** \_\_\_\_\_ **Estado:** \_\_\_\_\_ **CEP** \_\_\_\_\_

**Telefone:** \_\_\_\_\_ **Fax:** \_\_\_\_\_

**Representante Legal** \_\_\_\_\_ **CPF:** \_\_\_\_\_

**Nº do Registro na Junta Comercial:** \_\_\_\_\_

**Data do Registro na Junta Comercial:** \_\_\_\_\_

Obtivemos, através do acesso à página [www.itanhandu.mg.gov.br](http://www.itanhandu.mg.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Departamento de Licitações, por meio do fax (35) 3361-3857 ou do e-mail [licitacao@itanhandu.mg.gov.br](mailto:licitacao@itanhandu.mg.gov.br).

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Itanhandu da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### EDITAL

**TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2018**

#### **PREÂMBULO:**

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU, com sede à Praça Prefeito Amador Guedes, nº. 165, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta a Tomada de Preços Nº 005/2018, do tipo **MENOR PREÇO, EMPREITADA GLOBAL** para contratação de empresa especializada para **EXECUÇÃO DE OBRAS GERAIS DO PROJETO PRODUTOR DE ÁGUAS, FASE 1, CONSTITUÍDA DE OBRAS VIÁRIAS, INSTALAÇÕES, PROTEÇÃO DE APP E CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NA BACIA DO IMBIRI ATENDENDO AO CONVÊNIO OGU ANA 839766/2016 OPERAÇÃO 036.024-86**, na forma e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores. Os documentos de habilitação e a proposta serão recebidos até as **04 de Junho de 2018, as 14:00hs**, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhandu.

#### **2) OBJETO:**

2.1 - A presente licitação tem por objeto a escolha de proposta de menor preço, sob regime de empreitada global, compreendendo material e mão-de-obra para **EXECUÇÃO DE OBRAS GERAIS DO PROJETO PRODUTOR DE ÁGUAS, FASE 1, CONSTITUÍDA DE OBRAS VIÁRIAS, INSTALAÇÕES, PROTEÇÃO DE APP E CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS NA BACIA DO IMBIRI ATENDENDO AO CONVÊNIO OGU ANA 839766/2016 OPERAÇÃO 036.024-86** e conforme anexos que passam a integrar o presente Edital.

#### **3) DOS ANEXOS:**

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Memorial Descritivo;

Anexo II – Planilha Orçamentária;

Anexo III – Memorial de Cálculo da Obra;

Anexo IV – Cronograma Físico-Financeiro;

Anexo V – Composição do BDI;

Anexo VI – Modelo de Credenciamento;

Anexo VII – Minuta de Contrato;

Anexo VIII – Declaração de Enquadramento ME ou EPP;

Anexo IX – Modelo de Declaração de Regularidade e Conhecimento do Edital;

Anexo X – Modelo de Declaração de Recursos Materiais e Humanos;

Anexo XI – Minuta de Atestado de Visita Técnica;

Anexo XII - Modelo de Declaração de Inexistência de fatos supervenientes impeditivos da Qualificação;

Anexo XIII – Modelo padrão de proposta comercial;

Anexo XIV - Modelo de Termo de Renúncia de Prazo Recursal;

Anexo XV - Gleba 1A e 1B – Pontos de reflorestamento e nascentes;

Anexo XVI - Gleba 2A e 2B – Pontos de reflorestamento e nascentes;

Anexo XVII - Gleba 3A e 3B - Pontos de reflorestamento e nascentes;

Anexo XVIII - Gleba 4A e 4B - Pontos de reflorestamento e nascentes;

Anexo XIX – Local início das obras Estrada Rural do Jardim;

Anexo XX – Local início das obras Estrada Rural do Imbirí;

Anexo XXI – Localização do Ponto de Instalação de Placa de Obras;

Anexo XXII – Projeto básico I

Anexo XXIII – Projeto básico II



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### 4) DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES “HABILITAÇÃO” E “PROPOSTA”

4.1. Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (envelope nº 01) e a PROPOSTA (envelope nº 02) deverão ser Protocolados na Prefeitura Municipal de Itanhandu, da seguinte forma:

4.1.1. LOCAL: Área de Protocolo, Prefeitura Municipal.

DATA: até o dia 04 de Junho de 2018.

HORÁRIO: até às 14:00 horas.

4.1.2. Os envelopes deverão ser entregues lacrados, separadamente, tendo o envelope nº 1 o Subtítulo “HABILITAÇÃO” e envelope nº 2 o subtítulo “PROPOSTA”, contendo na parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

#### ENVELOPE Nº 1

**RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE**

**“ENVELOPE HABILITAÇÃO”**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018**

**À ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU ESTADO DE MINAS GERAIS**

#### ENVELOPE Nº 2

**RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE**

**“ENVELOPE PROPOSTA”**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018**

**À ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU ESTADO DE MINAS GERAIS**

4.1.3. O MUNICÍPIO DE ITANHANDU não se responsabilizará por documentação e manifestação que por ventura não cheguem na hora e local determinados no subitem 4.1.1 deste Edital.

4.1.4. Não serão aceitos e considerados documentos apresentados em desconformidade com as condições definidas neste Edital.

4.2. A Abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO” (envelope nº 01) e “PROPOSTA” (envelope nº 02) se dará em sessão pública no dia, horário e local e seguir:

### ABERTURA DOS ENVELOPES

**LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal.**

**DIA: 04 de Junho de 2018**

**HORA: 14:00 horas.**

### 5) DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 - Serão admitidos a participar da licitação todos os interessados que satisfaçam todos os requisitos estabelecidos no presente edital.

5.2 – A participação nesta licitação implica na aceitação integral dos termos deste Edital, seus anexos e instrumentos, bem como na observância dos regulamentos e normas técnicas da ABNT, DER, do INMETRO e das disposições legais pertinentes.

5.3 – É obrigatória a visita técnica da licitante para conhecimento do local da obra a ser executada, ocasião em que será fornecido aos interessados o atestado de visita técnica, conforme modelo do anexo XI, documento indispensável a ser incluído no envelope de “Habilitação”.

5.4 – Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras ou de forma a desobrigar a sua execução.

5.5 - A documentação de habilitação (prevista no item 7 e seus subitens deste edital) deve ser apresentada, em envelope opaco devidamente lacrado (Envelope Nº 01 – HABILITAÇÃO);

5.6– A documentação relativa à proposta deve ser apresentada em envelope opaco e devidamente lacrado (Envelope Nº 02 – PROPOSTA);



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### 6) DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 – *Das restrições.* Não poderão participar do presente certame, a licitante que não cumprir o estabelecido neste Edital, e ainda que:

- a) Com falência decretada ou concordata, em liquidação judicial ou extrajudicial;
- b) Em suspensão temporária e impedidas de licitar ou contratar com a Administração Municipal de Itanhandu;
- c) Em funcionamento sob regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Declaradas inidôneas por qualquer Órgão Público;
- e) Empresas cujos sócios ou proprietários foram condenados em processos criminais transitados em julgado por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, formação de quadrilha e outros crimes tipificados como ilícitos de malversação de recursos públicos, nos termos da Lei Municipal nº 1009/2017;

6.2 – *Das Condições:*

6.2.1 – Poderão participar do presente certame as **empresas previamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Itanhandu/MG**, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento **até o terceiro dia anterior** ao recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

6.2.2 – Os documentos (citados nos itens 7.1 e 7.2 e seus subitens) exigidos para cadastro deverão estar autenticados ou serem apresentados em originais, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

### 7– DO ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO

Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração pública, procuração particular ou carta de credenciamento, outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação, inclusive quanto à desistência de interposição de recurso.

#### 7.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a - Registro comercial – (no caso de empresa individual);
- b - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, devidamente registrado na junta comercial, para sociedades comerciais; para sociedades por ações, eleições de seus administradores;
- c – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 7.2 – REGULARIDADES FISCAL e TRABALHISTA

- a - prova de inscrição e situação no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b - certidão conjunta negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c - certidão de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- d - prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo à sede da licitante;
- e - certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

7.2.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião no presente certame, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.2.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da administração pública municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.2.3 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 7.2.2 implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

### 7.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.3.1 - Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, **com indicação do objeto social compatível com a presente licitação**, contendo, obrigatoriamente, o registro do (s) responsável (is) técnico(s);

7.3.2 – Indicação do responsável técnico que se responsabilizará pelas obras objeto deste certame através da apresentação do comprovante de registro do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;

7.3.3 - Atestado de Capacidade Técnica – Profissional, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, em nome do profissional indicado e comprovadamente integrante do quadro permanente da proponente, como empregado ou como sócio administrador da sociedade, comprovando ter o referido profissional (inscrito no CREA ou no CAU como Responsável Técnico da empresa), sido responsável técnico pela execução de obras e serviços da mesma natureza e de características semelhantes ao deste processo.

7.3.4 - Comprovação de vínculo entre a proponente e o profissional por ela indicado como RT - Responsável Técnico através de apresentação de um dos seguintes documentos:

- 1) Cópia da ficha de registro de empregados – RE **ou**
- 2) Cópia da folha do livro de registro de empregados **ou**
- 3) Carteira de Trabalho **ou**
- 4) Contrato de prestação de serviços **ou**
- 5) Cópia do contrato social ou da última alteração contratual, em caso de sócio da licitante, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual conste o nome do detentor do Atestado de Capacidade Técnica.

### 7.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1 - Certidão de distribuição de feitos cíveis, demonstrando não tramitar contra a empresa nenhum processo de falência ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de documentação.

7.4.2 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis abaixo previstos. Este, conforme o caso apresentado **devidamente autenticado**, publicação do Balanço ou cópias reprográficas das páginas do Livro Diário, onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultados com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial do Estado da sede da Entidade, ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos; todos, obrigatoriamente, firmados pelo Contador e por Dirigente, qualificados, vedada a substituição por Balancetes ou Balanço provisório.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

7.4.3 - **Demonstrativo de índice financeiro**, extraído do balanço apresentado, para fins de verificação de boa situação financeira da licitante e apresentado mediante apuração de indicação contábil, que deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa e assinado pelo contador:

- **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC – igual ou superior a 1,00** (Hum inteiro) a ser obtido pelas fórmulas:

onde,

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

AC = Ativo Circulante  
PC = Passivo Circulante

- **ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL - EG – igual ou inferior a 1,00** (este índice mostrará a relação entre Capital de terceiros (Passivo Circulante e exigível a Longo prazo) e o Capital Próprio (Patrimônio líquido) a ser calculado pela fórmula:

onde,

$$EG = \frac{PC + ELP}{PT \text{ ou } AT}$$

PC = Passivo Circulante;  
ELP = Exigível a Longo Prazo;  
PT = Passivo total  
AT = Ativo Total

- **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – LG – igual ou superior a 1,00** (este índice mostrará a liquidez, tanto a curto como a longo prazo) a ser calculado pela fórmula:

onde,

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

AC = Ativo Circulante;  
RLP = Realizável a Longo Prazo;  
PC = Passivo Circulante  
ELP = Exigível a Longo Prazo

7.4.4 - Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, optantes do SIMPLES Nacional, poderão apresentar cópia autenticada da Declaração Simplificada da Receita Federal.

## 7.5 – OUTRAS COMPROVAÇÕES

7.5.1 - Declaração de Regularidade e Conhecimento do Edital conforme Anexo IX do Edital.

7.5.2 - Declaração que tem disponibilidade de recursos Materiais e Humanos, para o atendimento de todas as exigências técnicas mínimas do presente certame conforme Anexo X do Edital.

7.5.3 - Termo de visita técnica, expedido por servidor da Secretaria M. de Obras, designado pela Prefeitura Municipal de Itanhandu, comprovando que o interessado compareceu ao local da execução dos serviços para conhecimento. (Anexo XI).

7.5.4 - Declaração do licitante, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei n.º 8.666/93. (Anexo XII).

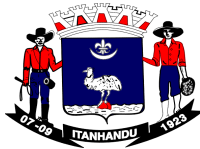
7.5.5 - CRC – Certificado de Registro Cadastral, comprovando o cadastro prévio, tendo sido emitido há pelo menos 01 ano por esta Prefeitura, conforme exigência do artigo 22, § 2º da Lei 8.666/93.

7.5.6 - O licitante enquadrado como ME ou EPP que quiser exercer o direito de preferência previsto na Lei complementar 147/2014 deverá apresentar a declaração de enquadramento (Anexo VIII) acompanhada de documento que comprove a condição da empresa;

**Observação:** Considera-se documento que comprova a condição da empresa a Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada expedidas pela Junta Comercial da sede da empresa, se inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis, conforme Art. 8º da Instrução Normativa n.º. 103 de 30 de Abril de 2007;

## 8 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

8.1 – serão aceitos documentos que expressem sua validade, desde que em vigor, ou, quando não declarada sua validade pelo emitente, expedido a noventa dias, no máximo, da data de julgamento.

8.2 – Os documentos necessários à Habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor público autorizado ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Presidente ou por membro da Comissão de Licitação.

8.3 - A ausência ou a apresentação de documentos em desacordo com o previsto neste Edital inabilitará a proponente, impossibilitando a abertura do envelope “Proposta”. Os documentos acima mencionados não poderão ser substituídos por qualquer protocolo.

8.4 - Os documentos retirados pela Internet terão sua autenticidade certificada, para fins de habilitação.

8.5 – Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta de preços, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

### 9) DA VISITA TÉCNICA

9.1 - É obrigatória a VISITA TÉCNICA do licitante à Prefeitura Municipal de Itanhandu - MG para a participação, ocasião em que será fornecido aos interessados o Termo de Vistoria, documento indispensável a ser apresentado no envelope “Documentação para Habilitação”.

9.2 - A finalidade da visita é conhecer e dimensionar a demanda dos serviços e a quantidade de funcionários necessários, bem como demais esclarecimentos que a licitante julgar necessários para a futura execução do objeto.

9.3 - A visita técnica será agendada junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Itanhandu, exclusivamente com o Secretário Municipal pelo telefone (35) 99714-3567 ou pelo telefone 35 3361-3496 com antecedência mínima de 01 dia útil. Na data marcada, o representante deverá comparecer no Centro Vocacional Tecnológico - CVT, localizado na Rua Nicolau Scarpa, nº. 332 – Bairro Centro, na cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais.

9.3.1 – A data limite para a realização da visita será até o dia útil anterior à data de recebimento dos envelopes da Licitação, sendo o dia 30 de Maio de 2018;

9.4 - O licitante deverá nomear seu representante, por meio de documento de credenciamento, com autorização expressa e devidamente identificado para realizar a visita e receber o Termo de Vistoria.

9.5 – O Termo de Visita Técnica é documento obrigatório a fazer parte do Envelope nº 01 – Habilitação, sob pena de inabilitação e não será expedido para licitantes que não se identificarem ou que não comparecerem na data e horário marcados.

### 10) DA PROPOSTA:

10.1 - O envelope nº 02 deverá conter:

a) proposta financeira (Anexo XIII), em uma via, rubricada em todas as páginas e anexos e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço global para a execução da obra, objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos com mão-de-obra e materiais, inclusive o BDI, (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.);

b) planilha de quantitativos e custos unitários (Anexo II);

c) cronograma de execução da obra (Anexo IV);

d) detalhamento da composição do BDI, (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.), modelo Anexo V, informando inclusive as alíquotas de impostos e obrigações incidentes, sob pena de desclassificação.

d.1 – Os tributos IRPJ e CSLL não poderão compor o BDI (bonificação de despesas indiretas) ou LDI (Lucros e despesas indiretas), ou em qualquer outro item componente da planilha orçamentária.

10.2 - Razão Social, endereço atualizado; incluindo, se os possuir, telefone, fax e email atualizados, (empresa);

10.3 - Número e Modalidade da Licitação – Tomada de Preços Nº 005/2018;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

10.4 - Prazo de validade da Proposta que não poderá ser inferior a 60 dias, a contar da data da abertura da presente licitação e obrigará o proponente a manter o seu preço, por todo o período de vigência do contrato.

10.5 - No preço ofertado deverão estar inclusos todos os tributos, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, embalagens, tarifas, despesas com transporte, descarregamento, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra, objeto desta licitação, sem a inclusão da expectativa inflacionária ou encargos financeiros.

10.6 - A proposta deverá referir-se à integralidade do objeto e ser apresentada de acordo com o que estabelece o Memorial Descritivo (Anexo I) e Projetos Básicos (Anexo XXII e XXIII).

10.7 - Poderão ser corrigidos pelo Presidente da CPL erros meramente matemáticos.

### 11) DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

11.1 – Esta licitação, com execução dos serviços por empreitada global, com fornecimento de materiais, será analisada e julgada pelo menor preço global;

11.2 – A CPL abrirá primeiramente os envelopes contendo a documentação de habilitação. Habilitará a Licitante que tenha cumprido integralmente as exigências do Edital e desqualificará a licitante que não atender as exigências deste Edital e seus anexos e ainda que:

a) colocar documentos em envelopes trocados;

b) não apresentar, no prazo definido pela CPL, os eventuais esclarecimentos exigidos;

c) cotar e apresentar valor global superior ao descrito no item 15.1 deste Edital. Somente serão aceitas as propostas cujo preço global e valores unitários ofertados não sejam superiores ao limite do valor estimado pelo Município, incluindo-se neste cômputo o BDI;

d) Tiver parcelas e informações relativas aos tributos IRPJ e CSLL em suas planilhas de custo, orçamento, BDI ou LDI, conforme 9.1 do Acórdão TCU n.º 950/2007 – plenário de 23/05/2007, publicado no DOU em 28/05/2007, que tenha valores inexecutáveis, de acordo com o artigo 48, incisos I e II da lei 8.666/93;

e) Não apresentar cronograma físico-financeiro dos serviços a serem executados;

f) Não apresentar planilha orçamentária assinada pelo responsável pela elaboração do orçamento,

g) Não apresentar detalhamento de todas as despesas diretas e indiretas que compõe do BDI, informando inclusive as alíquotas de impostos e obrigações incidentes.

11.3 – Decorrido o prazo de recurso da fase de habilitação, e não havendo interposição de nenhum, ou julgados os apresentados, serão devolvidos os envelopes, inviolados, aos licitantes inabilitados ou por ventura, expressamente, desistentes;

11.4 – Todos os documentos contidos nos envelopes de habilitação serão rubricados pelas licitantes presentes e pela CPL;

11.5 – Será lavrada ata circunstanciada da abertura da documentação, que deverá ser assinada pelas licitantes presentes e pela CPL;

11.6 – Nas sessões públicas, a Licitante poderá se fazer representar por procurador ou pessoa devidamente credenciada em documento escrito firmado pelo representante legal do proponente, a quem seja conferido amplos poderes para representá-lo em todos os atos e termos do procedimento licitatório;

11.6.1 – No caso de representação, o procurador ou a pessoa credenciada, deverá exhibir o instrumento que o habilita a representar a Licitante, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes;

11.6.2 – Se o portador dos envelopes da Licitante não tiver instrumento de representação, tal pessoa ficará impedida de se manifestar sobre quaisquer fatos relacionados com a presente licitação;

11.6.3 – Uma vez proferido o resultado do julgamento da documentação, estando presentes todos os representantes legais das licitantes e havendo desistência expressa da interposição de recurso até esta fase processual e fazendo constar na Ata de Julgamento da Documentação, tal decisão, assim a CPL poderá dar continuidade à sessão e proceder à abertura dos envelopes contendo as propostas.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### 12) DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA “ME” ou “EPP”

12.1 – Neste processo licitatório, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme critérios a seguir:

12.2 – Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

12.2.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

12.3 – Na hipótese de não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

12.4 – O prazo para o licitante enquadrado como ME ou EPP melhor colocado apresentar nova proposta será de 48 (Quarenta e Oito) horas, contados a partir da data da notificação efetuada pela Comissão de Licitação;

12.5 – O tratamento diferenciado somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

### 13) DOS RECURSOS:

13.1 - Dos atos da Administração, em qualquer fase da licitação ou execução do contrato que dela resulte, cabe interposição de recursos (por escrito) para a autoridade competente, conforme preceitua o artigo 109 da Lei 8.666/93 exceto as hipóteses previstas no artigo 41 da mesma Lei, que deverão ser interpostos antes da abertura da licitação.

13.2 – Não serão aceitos recursos ou impugnações enviados via “fax”, internet ou qualquer outro meio de comunicação.

13.3 – Na sessão pública, caso haja expressa renúncia do prazo recursal, será aberto na mesma sessão os envelopes de nº 02- Proposta das empresas habilitadas.

### 14) DA CONTRATAÇÃO, GARANTIA E DO PRAZO:

14.1 - Esgotados todos os prazos recursais ou renúncia expressa dos prazos recursais, a Administração, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

14.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

14.3 - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

14.4 - O prazo para execução da obra ora licitada será de até **05 (cinco) meses**, conforme Cronograma Físico-Financeiro, após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço, descontados tão-somente os dias de chuva e os impraticáveis, registrados no diário da obra.

### 15) DO PREÇO MÁXIMO E FORMA DE PAGAMENTO:

15.1 - O preço máximo para a execução dos serviços, com fornecimento de materiais, fica estipulado em **R\$ 288.889,75 (Duzentos e Oitenta e Oito Mil, Oitocentos e Oitenta e Nove Reais e Setenta e Cinco Centavos)**;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

15.1.1 – O valor contratado não será reajustado, razão pela qual as propostas deverão atentar para o disposto no art. 8º da Lei nº 8.666/93.

15.2 - Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma: após realizado o serviço em parcelas e correspondentes à conclusão das etapas e fases previstas no cronograma, será feito o Boletim de medição e encaminhado a Caixa Econômica Federal que liberará o recurso.

15.3 - Serão processados os descontos e retenções referentes ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte e INSS, nos termos da Legislação local e federal;

15.4 - Para a efetivação dos pagamentos, por medição, além das exigências acima especificadas, obrigatoriamente, deverá a empresa contratada apresentar, em cada medição, o **GFIP-SEFIP** contendo a relação dos trabalhadores e comprovando o recolhimento à Previdência Social e ao FGTS e o Diário de Obra referente ao período de execução da obra;

15.5 - A empresa contratada deverá efetuar a Matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) no prazo máximo de 30 dias do início das atividades, junto à Receita Federal do Brasil;

15.6 - Como condição para recebimento da primeira medição, a empresa contratada deverá apresentar, além das exigências especificadas no item 15.4 e 15.5, **a ART de execução junto ao CREA/MG, ou o RRT de execução junto ao CAU devidamente quitada e a matrícula CEI;**

15.7 – A empresa contratada deverá também apresentar as guias de recolhimentos ou pagamentos mensais de encargos sociais/folha de pessoal vinculado à matrícula da obra (Cadastro Específico junto ao INSS – CEI), durante todo o período de execução da obra, de acordo com a Lei Federal nº 8.212/91.

15.8 – A empresa contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade com o FGTS e certidão conjunta negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

### 16) DO CONTRATO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

16.1 – A execução dos serviços, com fornecimento de materiais, deverá se dar conforme consta no Edital e Anexos e sob as condições expressas na proposta;

16.2 – A contratada deverá providenciar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) relativa à obra, onde deverá constar o nome e o número da Carteira junto ao CREA do Engenheiro Civil responsável pela gerência dos serviços, ou junto ao CAU do Arquiteto e Urbanista responsável pela gerência dos serviços, bem como a ART dos engenheiros responsáveis pela condução da obra, ou RRT dos arquitetos e urbanistas responsáveis pela condução da obra, sendo sua apresentação, condição para a liberação do pagamento da primeira medição da execução contratual;

16.3 – A empresa contratada, por imperativo de ordem e segurança, obriga-se a prover de sinalização a obra, colocando no local dos trabalhos, a partir do dia em que estes forem iniciados, placa indicativa da obra, de acordo com texto e padrão a serem apresentados pelo Contratante;

16.3.1 – O não atendimento do item anterior implicará na retenção do pagamento da Fatura, por ocasião da primeira aferição;

16.4 – A Prefeitura Municipal – Contratante, reserva-se no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados, ainda, no direito de recusar todo e qualquer serviço que não atender às especificações, ou que sejam considerados inadequados pelo engenheiro responsável pela fiscalização;

16.5 – A licitante adjudicada e contratada será a única responsável para com seus empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdência social, seguro ou acidentes de trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do trabalho, prevista na Legislação Federal, sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multas por parte da licitadora ou rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis;

16.6 – A empresa contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar a esta Prefeitura ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando o Contratante de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

16.7 – A Prefeitura não aceitará a execução dos serviços, que estiverem em desacordo com o contrato e a ordem de serviços (OS), sem que lhe caiba qualquer indenização;

16.8 – Subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade da licitante contratada e adjudicada pela qualidade, correção e segurança do objeto licitado, mesmo já o tendo recebido em caráter definitivo.

### 17) DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 – Como condição para assinatura do contrato, a licitante vencedora prestará garantia de Contrato em valor correspondente a 3% (Três por cento) do seu valor global, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de convocação para assinatura do contrato, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e ainda não-pagas pela empresa licitante vencedora.

17.2 – A garantia prestada deverá ter como validade mínima o prazo de vigência contratual acrescido de mais 90 (noventa) dias. Em caso de prorrogação de contrato, o prazo da garantia também deverá ser prorrogado.

17.3 - Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-Garantia;
- c) Fiança Bancária;

17.4 - A Garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

17.5 – A prestação da garantia é condição para assinatura do termo de contrato e a não apresentação nos prazos estipulados constituirá em inadimplemento e sujeitará o mesmo às sanções previstas no item 21 deste Edital.

### 18) DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

18.1 - As dotações orçamentárias específicas para acobertarem as despesas de responsabilidade da Prefeitura no presente exercício, conforme verbas a seguir especificadas:

**626** – 02.05.01.18.544.0016.1053.4.4.90.51.00 – Transferência de Convênios

Fonte 124 - R\$ 288.600,86

**627** – 02.05.01.18.544.0016.1054.4.4.90.51.00 – Recursos Ordinários

Fonte 100 - R\$ 288,89

### 19) DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA:

19.1 – Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação a Secretaria Municipal de Obras desta Prefeitura, que indicará um servidor específico para o acompanhamento e fiscalização da obra, observados os artigos 67 a 70 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

19.2 – A contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, bem como o acesso a fontes de informações que forem julgadas necessárias.

19.3 – O Município reserva-se o direito de não receber os materiais e/ou serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no Art. 24, inciso XI, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

19.4 – O diário de Obras ou serviços deverá ser fornecido pela Contratada, em Modelo aprovado pela Secretaria M. Obras, sem ônus para o Município.

### 20) DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DA OBRA

20.1 – A obra será acompanhada e recebida de acordo com os dispostos nos artigos 73, 75 e 76 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

20.2 – Concluídos os serviços, a contratada deverá comunicar por escrito o término da obra ou serviços, os quais estiverem em perfeitas condições, e atestados pela fiscalização, estes serão recebidos provisoriamente.

20.3 – O recebimento dos serviços ou a sua impugnação far-se-á mediante inspeção a ser realizada pela Secretaria de Obras desta Prefeitura, nos termos do artigo 25, b, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

20.4 – A empresa contratada se obriga a manter na obra o “Livro de Ocorrências” ou Diário de Obras, onde serão relatadas todas as eventualidades ou fases acontecidas durante a execução da obra.

20.5 – Até 90 (noventa) dias após a entrega do serviço e verificada a sua perfeita execução, de acordo com o projeto, desenhos e especificações técnicas, a Prefeitura expedirá “Termo de Recebimento Final dos Serviços”, sem prejuízo, entretanto do disposto no Código Civil a respeito da empreitada de material e mão-de-obra.

20.6 – A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, demolir, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do artigo 69, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

### 21) DAS SANÇÕES PARA O INADIMPLEMENTO:

21.1 - Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis, além de multas abaixo descritas:

- a) advertência por escrito;
- b) multa: 10% (dez por cento) do valor da licitação, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do fornecimento ou recusar-se à retirada desta.
- c) multa, pelo descumprimento total ou parcial do ajuste, a Administração poderá aplicar pena pecuniária de 20 % (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;
- d) multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso na entrega do objeto contrato.
- d) suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante; por um período não superior a 02 (dois) anos, conforme na forma do inciso IV, art.87 da Lei n.º 8.666/93;
- e) rescisão do termo de contrato;
- f) declaração de inidoneidade para licitar.

21.2- As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

21.2.1 – Será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.

21.3 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

21.4 - Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do Código Civil Brasileiro.

21.5 – Nas hipóteses em que o “Caso Fortuito ou Força Maior” forem aceitos, poderão ser prorrogados os demais prazos, automaticamente, por tantos dias quantos durarem as causas impeditivas, não se lhes aplicando quaisquer multas.

### 22) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1 – É vedada a transferência total ou parcial para terceiros do contrato, resultante do objeto desta licitação;

22.2 – Os trabalhos serão fiscalizados quanto à qualidade e bom andamento;

22.3 – O Município de Itanhandu (MG) reserva-se no direito de anular ou revogar esta licitação no total ou em parte, desde que se verifique a legalidade ou conveniência da Administração, nos termos do art. 49 da Lei N° 8.666/93;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

- 22.4 – Torna-se implícito que os licitantes, ao protocolarem suas propostas, que têm pleno conhecimento e concordam integralmente com os termos deste Edital e seus anexos;
- 22.5 - Uma vez findo o prazo de entrega dos envelopes no local indicado, não serão admitidas quaisquer retificações de documentos e propostas apresentadas, FICANDO EXPRESSAMENTE PROIBIDA, a juntada de qualquer documento, como também a participação de proponentes retardatários;
- 22.6 – Nenhuma despesa com tributos, encargos sociais, ou qualquer outra que não tenha sido incluída no preço da proposta, poderá ser debitada à Prefeitura Municipal de Itanhandu;
- 22.7 – A Prefeitura Municipal de Itanhandu poderá, se necessário, acrescentar ou diminuir quantitativamente o objeto da presente licitação, constante nos Anexos deste Edital, de forma unilateral, respeitando o disposto nos arts. 57, 58 e 65 da Lei 8.666/93;
- 22.8 - O Caderno de Licitação no qual constam o edital de licitação e seus anexos completos para análise das licitantes poderão ser adquiridos no Setor de Licitações em dias de expediente normal. Os interessados deverão pagar a título de despesas o custo de reprodução do edital e seu respectivo material, a quantia certa não reembolsável, de R\$ 60,00-(Sessenta Reais), acrescido da Taxa de Expediente no valor de R\$ 4,35 (Quatro Reais e Trinta e Cinco Centavos), totalizando o valor de R\$ 64,35 (Sessenta e Quatro Reais e Trinta e Cinco Centavos), a ser recolhido aos cofres públicos através de guia de arrecadação que será fornecida pelo Setor de Tributos, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas;
- 22.9 – Qualquer esclarecimento sobre esta licitação, será fornecido pela Comissão Permanente de Licitação de Itanhandu, pelo Telefone (35) – 3361-2000, ou no endereço Praça Amador Guedes, 165, de 09:00 as 16:00 horas em dias úteis.

Prefeitura Municipal de Itanhandu (MG), 15 de Maio de 2018.

**MARCOS ALEXANDRE DE CARVALHO**  
Presidente da CPL

**De Acordo:** \_\_\_\_\_  
**Gustavo Levenhagen Moura**  
Assessor Jurídico





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### ANEXO I

### MEMORIAL DESCRITIVO

#### 1 – DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 - Constitui objeto deste instrumento a Contratação de Empresa Especializada para Executar em caráter Empreitada por Preço Global, as obras gerais do Projeto Produtor de Águas, Fase 1, constituída de: Instalações, Obras Viárias, Proteção de APP e Construção Pequenas Barragens, todas descritas a seguir:

- Instalações: Instalação de placa de obra medindo 2,5 x 2,00 m. (ver Anexo XXI)
- Obras viárias: Nivelamento de estrada rural com corte de águas e pequenas barreiras para quebra de velocidade de escoamento de água pluvial, com máquina moto niveladora. A medida total das obras nas estradas é: 5.516,00 m de comprimento x 4,0 m de largura. (ver Anexos III, XXII, XXIII e arquivos eletrônicos correspondentes)
- Proteção de APP: Construção de cerca rural, para proteção de manancial, medindo 11.844,64 m de comprimento linear. (ver tabela 2 , anexo 3 e arquivos eletrônicos correspondentes)
- Construção de Pequenas Barragens: Escavação com máquinas retroescavadeira de pequenas barragens, com as seguintes medidas : diâmetro maior de 6,0 m, diâmetro menor 3,0 m e profundidade de 1,50 m. (ver Anexos e arquivos eletrônicos correspondentes)

Para informações mais detalhadas sobre a locação das obras e projetos, ver anexos 1, 2 , 3 e arquivos eletrônicos.

#### 1.2 – com relação à documentação legal:

1.1.1 – A Contratada deverá providenciar a abertura da matrícula da obra junto ao INSS (matrícula CEI), e ao final da construção, providenciar a baixa e regularização da obra, ficando condicionado o “Recebimento Definitivo da Obra” somente após a entrega da CND (Certidão Negativa de Débitos) da obra;

1.1.2 – apresentar a relação de todos os funcionários contratados bem como seus respectivos registros em carteira profissional;

1.1.3 – juntar em todas as solicitações de medições “as built” (no caso de alterações no projeto inicial), memórias de cálculo dos serviços executados e as guias de recolhimento do INSS – GFIP;

#### 1.3 – com relação à execução das obras:

1.3.1 – A Contratada deverá fazer um relatório (Livro Diário de Obras) para o registro diário de todas as ocorrências da obra, mantendo-o na obra todos os dias deverá ser anotado os serviços, mão-de-obra (número de funcionários e cargos) e materiais empregados, e também qualquer fato referente à obra como, intempéries, mudanças, adaptações, todas as visitas realizadas a obra deverão ser anotadas, o fiscal deverá assinar juntamente com o engenheiro responsável pela obra diariamente o Livro Diário de Obras, deve ser feito em duas vias, e no dia seguinte deve ser entregue uma via ao fiscal da obra;

1.3.2 – a contratada deverá manter na obra para consulta uma pasta com todos os projetos assinados, além dos projetos de uso diário dos funcionários durante toda a execução da obra; bem como todas especificações, normas técnicas, planilha orçamentária e cronograma-físico financeiro, que deverão ser rigorosamente obedecidos;

#### Importante:

Qualquer alteração ou adequação no projeto deverá previamente ser discutido com a fiscalização, para que em conjunto, seja tomada a melhor solução técnica que atenda à perfeita conclusão da obra. Estas alterações deverão ser devidamente justificadas; registradas com fotos, no diário de obra e nas “as built”; e realizada pela Contratada as devidas alterações no projeto e planilha orçamentária, bem como a apresentação de memória de cálculo dos quantitativos; sempre em acordo entre as partes. A Contratada



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

deverá manter em lugar visível, a programação de execução da obra com o objetivo de que possa ser verificado o cumprimento de metas e o atendimento ao cronograma da obra.

1.4 – o canteiro de obras deverá ser dimensionado de forma que atenda à legislação trabalhista; com local apropriado para higiene dos funcionários, depósito de materiais e manuseio de projetos;

1.5 – para a execução dos serviços, a empresa contratada impreterivelmente terá que atender todas as **NORMAS TÉCNICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE** da legislação vigente;

1.6 – A obra está prevista para um período de execução de 05 (cinco) meses em conformidade ao cronograma físico-financeiro firmado;

**Importante:**

A Contratada caso não consiga cumprir o prazo de execução contratado, deverá apresentar à Contratante, ofício justificando o atraso na execução da obra, bem como o prazo e o novo cronograma para a conclusão dos serviços restantes; considerando o prazo limite de até 10 (dez) dias antes do vencimento da data de vigência do respectivo contrato.

1.7 – Todos os serviços que comprovem as especificações de projeto, como testes de resistência dos materiais fornecidos e de caracterização e compactação dos trabalhos de terraplenagem e pavimentação, locações e nivelamentos serão de responsabilidade da Contratada.

**Importante:**

O não cumprimento de qualquer destas determinações, implicará em advertência formal; caso haja mais de duas advertências será considerado como descumprimento contratual, implicando em multa ou dependendo da gravidade, o rompimento contratual.

## 2 – JUSTIFICATIVA

Faz-se necessária a recuperação de área degradada da micro bacia do Bairro Rural do Imbiri que antigamente, era a única fonte manancial de água bruta que abastecia o município. Porém, atualmente, o volume e vazão de captação da micro bacia foi reduzido em torno de quatro vezes a vazão original, em função da menor disponibilidade de água, consequência da degradação ambiental da micro bacia.

Todo o projeto está conforme convênio e termo de compromisso firmado com a Agência Nacional de Águas.

## 3 - LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - Os serviços deverão ser feitos no município de Itanhandu, nos bairros rurais do Jardim e Imbiri, nos seguintes locais:

- Instalação de Placa de Obra: Estrada do Bairro Rural do Jardim s/n, no entroncamento com o início da estrada rural do Bairro Barrocas; (ver anexo XXI)
- Obras Viárias1: Estrada Rural do Bairro Imbiri, iniciando no entroncamento com a estrada rural do Bairro Barrocas até o Alto do Bairro Imbiri; (ver anexoXX)
- Obras Viárias2: Estrada Rural do Bairro Jardim s/n, iniciando no entroncamento com a Estrada Rural do Sitio Sr. Geraldo Meirelles até o Final da Estrada Rural, próximo ao sitio do Sr. Jeferson Rubens da Costa; (ver anexo XIX)
- Cercamentos de APP: em diversos locais do Bairro Rural do Imbiri, de acordo com coordenadas e desenhos do anexo I.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

As figuras dos anexos 1, 2, 3, 4 e 5 apresentam informações mais detalhadas sobre a localização das obras, inclusive com as coordenadas geográficas.

Importante:

Qualquer alteração ou adequação no projeto deverá previamente ser discutido com a fiscalização, para que em conjunto, seja tomada a melhor solução técnica que atenda à perfeita conclusão da obra. Estas alterações deverão ser devidamente justificadas; registradas com fotos, no diário de obra e nas “as built”; e realizada pela Contratada as devidas alterações no projeto e planilha orçamentária, bem como a apresentação de memória de cálculo dos quantitativos; sempre em acordo entre as partes. A Contratada deverá manter em lugar visível, a programação de execução da obra com o objetivo de que possa ser verificado o cumprimento de metas e o atendimento ao cronograma da obra.

### ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Tabela 1 – Especificação do Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica								
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	UNITÁRIO COM BDI (R\$)	VALOR TOTAL COM BDI (R\$)
<b>TOTAL – FASE 1</b>								<b>288.889,75</b>
<b>GESTOR DE ÁGUAS – FASE 1</b>								<b>288.889,75</b>
<b>1.1</b>	<b>INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA</b>							<b>1.888,00</b>
1.1.1	SINAPI	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	5,00	297,37	377,60	1.888,00
<b>1.2</b>	<b>OBRAS VIÁRIAS</b>							<b>11.473,28</b>
1.2.1	SINAPI	79472	REGULARIZACAO DE SUPERFICIES EM TERRA COM MOTONIVELADORA	M2	22.064,00	0,41	0,52	11.473,28
<b>1.3</b>	<b>PROTEÇÃO DE APP</b>							<b>273.004,20</b>
1.3.1	SINAPI	74142/2	CERCA COM MOUROES DE MADEIRA, 7,5X7,5CM, ESPACAMENTO DE 2M, ALTURA LIVRE DE 2M, CRAVADOS 0,5M, COM 4 FIOS DE ARAME FARPADO Nº 14 CLASSE 250	M	11.844,00	18,15	23,05	273.004,20
<b>1.5</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS DE ACUMULAÇÃO DE ÁGUA</b>							<b>2.524,27</b>
1.5.1	SINAPI	73822/2	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	282,60	0,44	0,56	158,26
1.5.2	SINAPI	79480	ESCAVACAO MECANICA CAMPO ABERTO EM SOLO EXCETO ROCHA ATE 2,00M PROFUNDIDADE	M3	247,00	1,91	2,43	600,21
1.5.3	SINAPI	5875	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 72 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 0,79 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,18 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 7.140 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	10,00	79,04	100,36	1.003,60



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

1.5.4	SINAPI	5877	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 72 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 0,79 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,18 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 7.140 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,50 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	20,00	30,01	38,11	762,20
-------	--------	------	--	-----	-------	-------	-------	--------

A tabela de referencia é baseada em Preços Oficiais do Governo Federal, tabela SINAPI - Caixa Econômica Federal, para o Estado de Minas Gerais, não necessitando de médias de valores.

### ANEXO III – MEMORIAL DE CÁLCULO DA OBRA

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MEMÓRIA DE CÁLCULO
<b>1</b>		<b>GESTOR DE ÁGUAS</b>		-	
<b>1.1</b>		<b>INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA</b>		-	
1.1.1	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	5,00	PLACA 2,50 x 2,00 m
<b>1.2</b>		<b>OBRAS VIÁRIAS</b>		-	
1.2.1	79472	REGULARIZACAO DE SUPERFICIES EM TERRA COM MOTONIVELADORA	M2	22.064,00	Estradas Vicinais ( 3642 + 1857)= 5516 metros, largura de 4,00m
<b>1.3</b>		<b>PROTEÇÃO DE APP</b>		-	
1.3.1	74142/2	CERCA COM MOUROES DE MADEIRA, 7,5X7,5CM, ESPACAMENTO DE 2M, ALTURA LIVRE DE 2M, CRAVADOS 0,5M, COM 4 FIOS DE ARAME FARPADO Nº 14 CLASSE 250	M	11.844,00	CERCA NO ENTORNO DO MANANCIAL L= 11.844,64 metros
<b>1.5</b>		<b>CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS DE ACUMULAÇÃO DE ÁGUA</b>		-	
1.5.1	73822/2	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	M2	282,60	0
1.5.2	79480	ESCAVACAO MECANICA CAMPO ABERTO EM SOLO EXCETO ROCHA ATE 2,00M PROFUNDIDADE	M3	247,00	10 CACIMBAS ( BARRAGINHA)= ( DIAM MAIOR= 6,0M - DIAM MENOR = 3,0 - PROFUNDIDADE=1,50M)
1.5.3	5875	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 72 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 0,79 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,18 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 7.140 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	10,00	TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO COM MÁQUINA RETROESCAVADEIRA - HORA PRODUTIVA - 01 HR ESCAVACAO POR BARRAGEM
1.5.4	5877	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 72 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 0,79 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,18 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 7.140 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,50 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	20,00	TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO COM MÁQUINA RETROESCAVADEIRA - HORA IMPRODUTIVA - 02 HRS POR BARRAGEM - DESLOCAMENTO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### ANEXO VI – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

**Processo Licitatório: 059/2018**

**Tomada de Preços: 005/2018**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, por seu Representante Legal abaixo assinado, credencia o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório em referência, o qual está autorizado(a) a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos, assinar atas e propostas, negociar os valores propostos e praticar, na forma da lei, todos os demais atos inerentes ao certame indicado, a que tudo daremos por firme e valioso.

Local e data, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Representante Legal**  
**(Cargo – C.I. – CPF)**

#### **Observações:**

- O texto acima é mera sugestão. A empresa licitante poderá alterá-lo, se considerar conveniente, desde que as alterações contemplem claramente as designações necessárias ao Credenciado, sem deixar dúvidas.
- Utilizar, se possível, papel timbrado da empresa, ou apor o carimbo do CNPJ.

---

### ANEXO VII

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 059/2018 - TOMADA DE PREÇOS nº. 005/2018**

**MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2018**

**REGIME: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**

**EXECUÇÃO DE OBRAS GERAIS DO PROJETO PRODUTOR DE ÁGUAS, FASE 1,  
CONSTITUÍDA DE: INSTALAÇÕES, OBRAS VIÁRIAS, PROTEÇÃO DE APP E  
CONSTRUÇÃO PEQUENAS BARRAGENS NA BACIA DO IMBIRI, ATENDENDO AO  
CONVÊNIO OGU ANA 839766/2016 OPERAÇÃO 036.024-86**

*Termo de Contrato Administrativo que entre si fazem de um lado o Município de Itanhandu - MG, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório n.º 059/2018 – Modalidade Tomada de Preços n.º. 005/2018 e de outro a empresa.....*

Por este instrumento particular de contrato, de um lado, o **Município de Itanhandu** Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.186.718/0001-80, com Sede Administrativa nesta cidade na Praça Prefeito Amador Guedes, nº 165, CEP – 37.464-000, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Evaldo Ribeiro De Barros, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 6.287.519 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 581.261.048-72, residente e domiciliado à Rua Elisa nº 54, Centro,





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Itanhandu/MG, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa \*\*\*\*\*, localizado na \*\*\*\*\*, nº \*\*\*, inscrito no CNPJ sob o nº \*\*\*\*\*, representado \*\*\*\*\*, residente e domiciliado \*\*\*\*\*, doravante denominado CONTRATADO com fulcro e nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 059/2018 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2018** e nos termos da Lei Federal N.º 8.666/93, com suas posteriores alterações, fica justo e contratado o que neste instrumento se dispõe, que será pelas partes cumprido, em conformidade com as cláusulas e condições abaixo especificadas:

### DO OBJETO E EXECUÇÃO

**CLÁUSULA PRIMEIRA:-** Constitui objeto do presente contrato, nos termos do Processo Licitatório nº. 059/2018: **EXECUÇÃO DE OBRAS GERAIS DO PROJETO PRODUTOR DE ÁGUAS, FASE 1, CONSTITUÍDA DE: INSTALAÇÕES, OBRAS VIÁRIAS, PROTEÇÃO DE APP E CONSTRUÇÃO PEQUENAS BARRAGENS NA BACIA DO IMBIRI, ATENDENDO AO CONVÊNIO OGU ANA 839766/2016 OPERAÇÃO 036.024-86**, de acordo com as especificações e detalhamentos consignados no Edital e Anexos da Tomada de Preços 005/2018, que, juntamente com a proposta da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

### DA DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

**CLÁUSULA SEGUNDA:-** Descrição da obra: Início de obras do Projeto Produtor de Águas.

**CLÁUSULA TERCEIRA:-** Condições de execução:

I – O presente contrato é celebrado segundo o regime de empreitada por preço global, regendo-se especificamente pelas normas da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 e, subsidiariamente, pelas regras gerais do Código Civil Brasileiro, constituindo, parte integrante deste, como se transcrito fora, o conteúdo do Processo 059/2018.

II – A execução dos serviços e fornecimento dos materiais serão prestados e empregados pela Contratada, dentro do melhor padrão de qualidade, obedecendo, no que couber, às normas da ABNT, conforme consignados no Projeto Básico e Planilhas constantes do Processo Licitatório nº 059/2018 Tomada de Preços 005/2018 e que são partes integrantes deste instrumento, tal como se aqui estivessem transcritos.

III – Todos os materiais empregados na execução dos serviços, objeto deste contrato, deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, que satisfaçam rigorosamente às especificações constantes no Edital e seus anexos, sendo verificado e fiscalizado pela Comissão de Obra/Engenheiro da Contratante.

IV - É de responsabilidade da Contratada a realização de quaisquer serviços necessários à perfeita execução das obras do objeto contratual, mesmo que não tenham sido cotados.

V – Quando na execução do objeto contratual, forem solicitados pelo Contratante, serviços e/ou materiais não previstos, mas que sejam pertinentes e compatíveis ao implemento do objeto licitado, acompanhados de laudo técnico, a Contratada levantará previamente os custos, submetendo a Administração Municipal, via Comissão de Obras/Engenheiro, que se aprovar, providenciará a autorização formal para respectiva realização, respeitando limite estabelecido no § 1º, do art. 65, da Lei acima referida.

VI – Todas as ocorrências relativas a execução dos serviços tais como: reclamações, notificações, paralisações, acidentes, decisões, observações e outras, serão registradas no “Diário de Obras”, que deverá ser mantido, sob guarda e responsabilidade no local dos serviços pela Contratada, devendo ser visada pela Comissão de Obras/Engenheiro e melhor fluir os serviços.

VII – A Contratada deverá manter o local da obra limpo e desembaraçado, durante todo o decorrer da execução dos serviços, para tal, providenciará a remoção de todo o entulho e matérias excedentes para facilitar a fiscalização pela Comissão de Obras/Engenheiro e melhor fluir os serviços.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

VIII – A Contratada deverá assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços pela Comissão de Obras/Engenheiro, bem como o acesso às fontes de informações que forem julgadas necessárias.

IX – Todos os equipamentos, ferramentas e utensílios a serem empregados e usados na execução dos serviços constituem encargos da Contratada, bem como seu transporte até o local da obra.

X - Toda mão-de-obra necessária ao fiel e perfeito acabamento e conclusão dos serviços, bem como os encargos previdenciários, sociais, e de qualquer natureza decorrentes da contratação de pessoal e seu transporte, se necessário, serão de inteira responsabilidade da contratada.

XI – Quando e onde couber mão-de-obra especializada, esta deverá ser selecionada dentro do maior rigor.

XII - Será de inteira responsabilidade da empresa contratada o fornecimento de equipamentos de segurança para os operários (EPI's e EPC's) de acordo com as normas da ABNT.

### DAS INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA

#### CLÁUSULA QUARTA:

I – Os serviços iniciais da obra deverão atender ao especificado no Memorial Descritivo, item 1 – Disposições Iniciais.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA OBRA

#### CLÁUSULA QUINTA:

I - Havendo necessidade de alterações do cronograma, serão alterados simultaneamente os prazos contratuais e respectivos valores, no que couber, e os pagamentos obedecerão aos novos prazos estabelecidos. Para tanto, serão preparados termos aditivos, de acordo com a legislação pertinente.

II - As instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA. O Canteiro de Obras deverá atender a legislação vigente, sendo que não serão admitidos quaisquer tipos de dormitórios no canteiro de obras.

III - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como todos os custos de aquisição, transporte, seguro, armazenamento e utilização. Todos os materiais deverão ser de boa qualidade, obedecer às especificações, e atender integralmente as exigências das especificações das normas técnicas da ABNT. Esses materiais e equipamentos serão submetidos à inspeção e aprovação da fiscalização, devendo a CONTRATADA informá-la sempre que os mesmos chegarem ao canteiro de obras, a fim de evitar atrasos ou paralisação dos serviços.

IV - Quaisquer ensaios e pesquisas deverão ser norteados pelas Normas da ABNT referentes ao assunto e serem apresentados para avaliação da fiscalização.

V - O entorno da obra, objeto da presente licitação, durante o período de execução dos serviços, continuará em funcionamento, devendo ser tomadas, pela CONTRATADA, as providências necessárias para minimizar transtornos aos usuários, especialmente referentes à segurança e a ruídos excessivos, bem como evitar danos a estes e ao meio-ambiente. Todos os danos, porventura causados às pessoas, árvores e de terceiros são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

VI - Os locais da obra deverão ser entregues, com as devidas limpezas e/ou demolições que se fizerem necessárias, além da remoção do entulho durante a execução da obra e serviços.

### DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

#### CLÁUSULA SEXTA:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

I – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução total do objeto referido na Cláusula Primeira a importância total de **R\$ .....** (.....), pela mão de obra e fornecimento de materiais na execução dos serviços, irrecusável, e todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas e, constitui a única remuneração pela execução total dos serviços.

II – Para fins de pagamento serão realizadas medições mensais, ou de acordo com o andamento da obra.

III – Somente serão medidos os serviços realizados e com material já instalado, após atestado pelo engenheiro da CONTRATANTE, quanto ao exato cumprimento das obrigações da CONTRATADA no período da medição, quanto à quantidade, à qualidade e ao prazo previsto para a execução.

IV – A Comissão de Fiscalização da Obra e o engenheiro deverão analisar e fiscalizar os serviços executados, aprovando-os ou rejeitando-os, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da apresentação.

V – Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma: após realizado o serviço em parcelas e correspondentes à conclusão das etapas e fases previstas no cronograma, será feito o Boletim de medição e encaminhado a Caixa Econômica Federal que liberará o recurso.

VI – Para a efetivação dos pagamentos, por medição, além das exigências acima especificadas, obrigatoriamente, deverá a empresa contratada apresentar, em cada medição, o **GFIP-SEFIP** contendo a relação dos trabalhadores e comprovando o recolhimento à Previdência Social e ao FGTS e o Diário de Obra referente ao período de execução da obra;

VII – A empresa contratada deverá efetuar a Matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) no prazo máximo de 30 dias do início das atividades, junto à Receita Federal do Brasil;

VIII – Como condição para recebimento da primeira medição, a empresa contratada deverá apresentar a **ART/RRT de execução junto ao CREA/MG ou CAU devidamente quitada e a matrícula CEI;**

IX – A empresa contratada deverá também apresentar as guias de recolhimentos ou pagamentos mensais de encargos sociais/folha de pessoal vinculados a matrícula da obra (Cadastro Específico junto ao INSS – CEI), durante todo o período de execução da obra, de acordo com a Lei Federal nº 8.212/91.

X – A empresa contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade com o FGTS e certidão conjunta negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

### DA GARANTIA CONTRATUAL

#### **CLÁUSULA SÉTIMA:**

I – A licitante vencedora prestará garantia ao Contrato em valor correspondente a **3% (Três por cento)** do seu valor global, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de convocação para assinatura deste contrato, que lhe será devolvida após o término da vigência contratual, mediante solicitação por escrito, descontado, se for o caso, o valor das multas porventura aplicadas e ainda não-pagas pela empresa licitante vencedora.

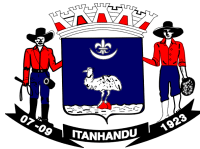
II – A garantia prestada deverá ter como validade mínima o prazo de execução contratual acrescido de mais 90 (noventa) dias e ser efetuada antes da apresentação da 1ª (primeira) fatura; sob pena de suspensão do correspondente pagamento.

III - Caberá à licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-Garantia;
- c) Fiança Bancária;

IV - A Garantia, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

V – A não prestação da garantia contratual constitui descumprimento de cláusula contratual e sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas em Lei.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### VIGÊNCIA, DO PRAZO, DA ENTREGA E RECEBIMENTO DAS OBRAS

#### **CLÁUSULA OITAVA:**

I – A vigência do presente contrato será de 12 meses, a contar da assinatura do Termo de contrato.

II – O prazo total para execução e entrega das obras especificadas, será de **05 (cinco) meses** contados da emissão da Ordem de Serviço, observando-se os prazos parciais, constantes das ordens de serviço, podendo ser aditado ou prorrogado, nos termos legais.

III – O prazo previsto no item anterior somente poderá ser prorrogado por motivo de força maior, tecnicamente admitido pela Administração Municipal, ouvida a Secretaria Municipal de Obras e/ou o engenheiro da Prefeitura, sendo certo que, a sua não conclusão, no prazo estipulado, submeterá a CONTRATADA às penalidades previstas neste instrumento.

IV – As obras serão recebidas depois de concluídas, com fiel observância das disposições editalícias e contratuais, em caráter provisório, pela Comissão e pelo engenheiro da CONTRATANTE.

V – O recebimento provisório das obras ou a sua impugnação far-se-á mediante inspeção a ser realizada pelo engenheiro da CONTRATANTE, com lavratura de termo, devendo ser assinado pelas partes.

VI – A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, demolir, reconstruir ou substituir, de imediato e às suas expensas, quando se verificarem vícios, defeitos, incorreções e outros resultantes da execução dos serviços ou outros resultantes da execução dos serviços, apontados pelo representante e/ou pelo engenheiro da CONTRATANTE.

VII – Até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório das obras, verificada a sua perfeita execução, de acordo com o projeto e especificações técnicas, a CONTRATANTE pela sua Comissão e engenheiro responsável pela obra, expedirá “Termo de Recebimento Final dos Serviços” sem prejuízo, entretanto, do disposto no Código Civil a respeito da empreitada de mão-de-obra.

### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**CLÁUSULA NONA:** As dotações orçamentárias específicas para acobertarem as despesas de responsabilidade da Prefeitura no presente exercício, conforme verba(s) a seguir especificada(s):

**626** – 02.05.01.18.544.0016.1053.4.4.90.51.00 – Transferência de Convênios

Fonte 124

**627** – 02.05.01.18.544.0016.1054.4.4.90.51.00 – Recursos Ordinários

Fonte 100

### DA TRANSFERÊNCIA E RESPONSABILIDADE

**CLÁUSULA DÉCIMA:** A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, nem sub-contratar os serviços relativos ao seu objeto, sem o exposto consentimento formal da CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste instrumento, sendo a CONTRATADA a única responsável pelo objeto contratado e consequentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou a terceiros.

### DAS ALTERAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA:** O projeto pode ser alterado, nos termos dos arts. 57, 58 e 65 da Lei 8.666/93 caso se torne necessário tecnicamente e havendo repercussão no preço e no prazo, implicará a formalização de Termo Aditivo a este instrumento, reservando-se ainda o direito a CONTRATANTE aumentar ou diminuir o quantitativo dos serviços.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### DA RESPONSABILIDADE

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA:-**

I – Após o recebimento do objeto contratado, por parte da CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA ficará responsável pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, por defeitos de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, às reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias, o que não ocorrendo, poderá a CONTRATANTE determinar as execuções necessárias por conta e risco da CONTRATADA, ficando ainda esta, responsável pela qualidade da obra durante o prazo de 05 (cinco) anos, conforme preceitua o Código Civil Brasileiro.

II – A Contratada deverá manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação.

III – É de responsabilidade da CONTRATADA a realização de quaisquer serviços necessários à perfeita execução das obras do objeto contratual, mesmo que não tenham sido cotados.

IV – Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da Prefeitura e de terceiros, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

V – Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços da construção, devendo o espaço ser entregue limpo e em perfeitas condições de ocupação e uso.

### DAS SANÇÕES E PENALIDADES

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:-**

I - Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis e as multas de:

- a) advertência por escrito;
- b) multa: 10% (dez por cento) do valor da licitação, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do fornecimento ou recusar-se à retirada desta.
- c) multa, pelo descumprimento total ou parcial do ajuste ou ainda em caso de rescisão unilateral, a Administração poderá aplicar pena pecuniária de 20 % (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;
- d) suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante; por um período não superior a 02 (dois) anos, conforme na forma do inciso IV, art.87 da Lei n.º 8.666/93;
- e) rescisão do termo de contrato;
- f) declaração de inidoneidade para licitar.

II - As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

- a) Será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.

III - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

IV - Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do Código Civil Brasileiro.

V – Nas hipóteses em que o “Caso Fortuito ou Força Maior” forem aceitos, poderão ser prorrogados os demais prazos, automaticamente, por tantos dias quantos durarem as causas impeditivas, não se lhes aplicando quaisquer multas.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### DA RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:-** A rescisão deste Contrato Administrativo, reconhecida os direitos da CONTRATANTE conforme art. 77 da Lei 8.666/93 poderá ser efetivada caso ocorram os motivos mencionados no art. 78, regendo-se pelo art. 79, todos da legislação já referida acima, bem como o descumprimento, devidamente comprovado, total e/ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas neste instrumento e outras normas que regem a Administração Pública.

### DOS CASOS OMISSO E DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

I - A legislação aplicável a este contrato será a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, as demais disposições aplicáveis à licitação e aos contratos administrativos, a Lei nº 8.245/91, o Código Civil, bem como as cláusulas deste instrumento.

II - Este instrumento foi precedido de licitação, na modalidade Tomada de Preços nº 005/2018, Processo Licitatório nº 059/2018.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:-** As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Itanhandu para dirimir as dúvidas por ventura oriunda da execução do presente contrato.

*E assim, ajustados e contratados na melhor forma de direito, as partes por seus representantes legais, assinam o presente contrato administrativo, em duas vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.*

..... , ... de ..... de 2018.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**  
**Evaldo Ribeiro de Barros**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADO**

.....  
.....

\_\_\_\_\_  
**Dr. Gustavo Levenhagem Moura**  
**ASSESSOR JURÍDICO – OAB/MG 61.146**

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### ANEXO VIII

#### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº \_\_\_\_\_ é **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da Tomada de Preços nº 005/2018, realizado pelo Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Nome do representante  
RG nº .....

### ANEXO IX

#### MODELO DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE E CONHECIMENTO DO EDITAL.

**PROCESSO LICITATÓRION.º: 059/2018**  
**TOMADA DE PREÇOS: 005/2018**

Empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA sob as penas da Lei:**

**1) ATENDIMENTO AO ART. 27, INCISO V da LEI 8666/93**, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinar com "X", conforme o caso):

( ) não emprega menor de dezesseis anos.

( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

**2) CUMPRIMENTO** das normas relativas à Saúde e Segurança no Trabalho de nossos empregados.

**3) CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:** ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.  
(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da Licitante)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU**

**ANEXO X**

**MODELO DECLARAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 059/2018**  
**TOMADA DE PREÇOS: 005/2018**

A empresa ....., CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., **DECLARA** sob as penas da Lei, que tem disponibilidade no atendimento de todas as exigências técnicas mínimas do certame em referência, relativas a instalações, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, conforme a seguir listados:

a) **INSTALAÇÕES:** .....  
.....  
.....

b) **MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:** .....  
.....  
.....

c) **PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO:** .....  
.....  
.....

DECLARA, ainda, estar ciente de que a disponibilidade ora declarada poderá ser inspecionada pela Prefeitura Municipal de Itanhandu, a qualquer momento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.  
(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da Licitante)

---

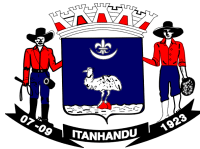
**ANEXO XI – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 059/2018**  
**TOMADAS DE PREÇOS: 005/2018**

Empresa:  
CNPJ:  
Endereço:  
Cidade:  
Estado:

Representante:  
Nome:  
Cargo:

Pelo presente instrumento, a **Prefeitura Municipal de Itanhandu**, através de seu representante abaixo identificado, **ATESTA**, para fins de participação no Processo Licitatório nº 059/2018 Tomada de Preços 005/2018, que a empresa acima identificada participou da Visita Técnica para **EXECUÇÃO DE OBRAS VIÁRIAS, INSTALAÇÕES, PROTEÇÃO DE APP E CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

**BARRAGENS NA BACIA DO IMBIRI ATENDENDO AO CONVÊNIO OGU ANA 839766/2016 OPERAÇÃO 036.024-86** e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto licitado, atendendo, dessa forma, às exigências do Edital.

Itanhandu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Secretaria Municipal de Obras

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante da Licitante)

### ANEXO XII

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO**

**Processo Licitatório: 059/2018**  
**TOMADAS DE PREÇOS: 005/2018**

A Prefeitura Municipal de Itanhandu,

O signatário da presente, em nome da proponente declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local e data, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

### ANEXO XIII - Modelo de Proposta Comercial

**TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2018**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 059/2018**

A empresa .....estabelecida na .....inscrita no CNPJ sob nº .....propõe executar a Prefeitura Municipal de Itanhandu, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, serviços conforme abaixo discriminado; concordando que os mesmos serão executados de acordo com o Edital, após o recebimento da nota de empenho, ou a ordem de serviços.

Todos os campos são de preenchimento obrigatório

Razão Social

CNPJ

Endereço

Telefone/Fax

Banco

Agência (nome / nº)

Conta corrente



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Dados do Signatário - para assinatura do Contrato		
Nome:		Cargo:
Nacionalidade	Identidade	CPF
ITEM	SERVIÇO	\$ TOTAL
01	Execução de obras viárias, instalações, proteção de APP e construção de pequenas barragens na bacia do Imbiri atendendo ao convênio OGU ANA 839766/2016 operação 036.024-86.	

1. Nosso preço global para o fornecimento de material e execução das obras, objeto desta licitação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).
2. A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública do certame.

local, de de 2018.

\_\_\_\_\_  
(nome e assinatura do representante legal da licitante)

### ANEXO XIV - TERMO DE RENÚNCIA

(Lei Federal nº 8.666/93, art. 43, III).

A Empresa ....., abaixo identificada, inscrita no CNPJ sob o nº ....., participante da Licitação na Modalidade TOMADA DE PREÇOS 005/2018, Processo Administrativo nº 059/2018, promovida pela Prefeitura Municipal de Itanhandu, por intermédio de seu representante legal, na forma e sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, em caso de habilitação RENÚNCIA, expressamente, ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo relativos a fase de HABILITAÇÃO e PROPOSTA, concordando com o prosseguimento do certame licitatório.

Licitante:  
Endereço:  
Cidade:  
Estado:  
Telefone:  
CEP:  
CNPJ:

Representante:  
CPF:

Itanhandu, ..... de 2018.

\_\_\_\_\_  
Representante